

DECLARAÇÃO DO CIMI

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), reunido em Goiânia, diante dos graves acontecimentos do dia 15 deste mês, em Meruri, município de General Carneiro-MT, que tanto sensibilizaram a consciência nacional e a opinião pública internacional, vem manifestar sua posição sobre esse fato e suas implicações no panorama indigenista e missionário do Brasil.

Como foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação, na manhã do dia 15 um grupo de 62 pessoas bem armadas invadiu a Colônia Indígena de Meruri, administrada pela Missão Salesiana do Mato Grosso, após haver interrompido o trabalho de uma das três equipes que faziam a demarcação da Reserva, por ordem da FUNAI, obrigando os topógrafos e índios Bororo que executavam o serviço a acompanhá-los até a sede da Colônia. Lá, insultaram e agrediram o padre Gonçalo Ochoa (ver depoimento em anexo), usando igual procedimento com o padre Rodolfo Lunkenbein, diretor da Colônia, que chegou ao local pouco depois. Os líderes do grupo, sobretudo João Marques de Oliveira ("João Mineiro"), José Antonio Guedes Miguez, Manuel Borges ("Preto") e Alair Borges, não conseguindo obter dos missionários qualquer reação às suas provocações, agrediram o Padre Rodolfo e os Bororo que foram defendê-lo, matando o padre e o índio Simão Cristino, e ferindo outros quatro Bororo: Lourenço Rondon (Txibae Ewororo), Gabriel dos Santos (Bakorokudo), José Rodrigues e Tereza, mãe de Simão. Notiroteio, um dos atacantes, o menor Aloísio Bispo, foi atingido pelos próprios companheiros vindo também a morrer no próprio local.

Esses incidentes e todo o clima que se instalou na região nos dias subsequentes fazem-nos lembrar que não são apenas os Bororo de Meruri que lutam pela garantia de suas terras. No município de Rondonópolis, MT, está sendo demarcada a Reserva Bororo de Tereza Cristina, que, com a cobertura legal da FUNAI, deverá, pelo atual projeto, conservar incrustada no centro da área indígena uma fazenda particular que ocupa as melhores terras, isolando a aldeia do rio que constitui sua mais importante fonte de sustento, que é a pesca, e do resto da reserva. Também no município de Poxoréu, MT, há um grupo Bororo na Colônia Paraíso, também sem terra legalizada.

Torna-se imperativo, neste momento, repetir o que é, a toda hora, denunciado de muitas formas: a insegurança das populações indígenas do Brasil, pela invasão de suas terras. Do Sul ao Norte este problema se repete e cada vez com maior gravidade. Basta, neste momento, lembrar o acontecido, no início deste mês, com os índios Xerente de Tocantina, GO. Também lá a reserva foi criada pela FUNAI, mas os fazendeiros desapropriados não foram indenizados. Quando os Xerente iniciavam uma roça numa dessas áreas desapropriadas, ocorreu um conflito que resultou em dois índios feridos, e três mortos da parte dos fazendeiros.

O índio e o problema das terras no Brasil

É comum se ouvir dizer que, por se constituírem em pouco mais de 0,1% da população do país, os índios brasileiros "não teriam necessidade de tanta terra". Quem assim pensa se esquece de que o índio foi

o primeiro habitante das Américas. Como concluiu o Parlamento Inco-Americanano do Cone Sul, reunido em San Bernardino, Paraguai, em outubro de 1974, "o índio americano é o dono milenar da terra; a terra é do índio. O índio é a própria terra. O índio é o dono da terra, com títulos de propriedade ou sem eles".

Apesar de o índio ser o "dono milenar da terra", no Brasil as áreas indígenas não estão, em sua grande maioria, sequer demarcadas. Se, ao longo da história do Brasil, se registraram inúmeros conflitos de terra entre os indígenas e os colonizadores, o problema vem se tornando muito mais grave nos últimos anos, com a abertura de novas fronteiras de expansão da agropecuária e mineração, determinada pelos interesses dos grandes capitais, o que deu origem ao duplo fenômeno de uma maior concentração da terra, e de sua transformação em objeto de especulação. A terra já não é um meio de trabalho, mas apenas uma mercadoria. Essa concepção é uma agressão ao universo cultural do índio. Os índios têm uma relação com a terra baseada na satisfação das necessidades da vida da comunidade, e não na busca do lucro. Eles não exploram a terra como nós o fazemos, destruindo o meio ambiente. Por isso, o respeito aos valores culturais indígenas exige que lhes reconheçamos o direito a uma extensão de terra maior, como garantia de seu equilíbrio e sobrevivência.

Agrava-se ainda mais o problema pelo fato de que as mesmas empresas capitalistas que invadem as terras dos índios estão igualmente expulsando posseiros e pequenos lavradores. Por esse motivo, algumas vezes, posseiros e trabalhadores rurais, esbulhados de seu meio de trabalho, são compelidos a ocupar áreas indígenas. É fácil perceber, todavia, que, por trás de eventuais invasões de pequenos lavradores contra as áreas indígenas, está a agressão do latifúndio capitalista que, em última análise, é o responsável direto e indireto pelo esbulho da terra dos índios. Aliás, queremos denunciar a cortina de fumaça que a FUNAI e alguns setores ligados aos grandes proprietários de terra estão lançando sobre a opinião pública, mostrando toda invasão de área indígena como obra de posseiros. Na verdade, os choques entre posseiros e índios são relativamente pequenos. Os maiores problemas, muitas vezes promovidos ou, pelo menos, acobertados por órgãos do Governo, são causados pela invasão das terras indígenas pelas grandes companhias pecuárias, madeireiras e mineradoras, nacionais e multinacionais.

No caso concreto de Meruri, ocorreu algo semelhante. Segundo testemunhas oculares (ver p.ex. relatório anexo do Pe. Ochoa), nem todos os participantes do ataque eram grandes fazendeiros. Alguns deles eram pequenos posseiros, que foram para lá iludidos e inflamados por alguns cabeças, estes, sim, grandes fazendeiros da área com seus jagunços, bem motorizados, e armados e apoiados pela política e pelo comércio de Barra do Garças e Cuiabá. Nos dias seguintes ao crime, a imprensa divulgou declarações do próprio governador do Mato Grosso e do presidente da FUNAI, que aludiam à existência de um Sindicato da Morte no estado, cujo objetivo seria a eliminação dos índios para ocupação de suas terras.

\*\*\*\*\*

Uma das causas imediatas do conflito em Meruri foi, seguramente, o início da demarcação da reserva, sem uma prévia solução do problema dos ocupantes, mediante reassentamento dos pequenos posseiros em outras áreas e a desapropriação por interesse social de alguns invasores que já possuíam outras terras fora dali.

Para se definir as responsabilidades deste e de outros conflitos, é importante recordar a posição manifestada diversas vezes pelas autoridades da FUNAI, para quem o problema dos posseiros em terra indígena, deve ser resolvido pelo INCRA. Este órgão, entretanto, tem se excusado de intervir nos conflitos, alegando que, em área indígena, a responsabilidade é da FUNAI. Quem, então, neste "jogo de empurra", soluciona o problema que existe e para o qual o Governo só se volta quando ocorrem mortes, como neste caso?

### CONCLUSÕES

Com a consciência de que "evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas de humanidade, em qualquer meio e latitude e, pelo seu influxo, transformá-las a partir de dentro, e tornar nova a própria humanidade"(\*), o Conselho Indigenista Missionário- CIMI - propõe-se a contribuir para essa transformação, definindo as seguintes posições:

1. Existe, no Brasil, mais de 700 mil posseiros ameaçados como os índios, em seu direito à terra. Eles se situam entre os 10 milhões de famílias de trabalhadores rurais brasileiros sem terra.

Por isso, vemos o problema das áreas indígenas situado no contexto mais amplo da distribuição irracional da terra em nosso país. Só com uma radical e profunda transformação da estrutura agrária brasileira, que beneficie a todos os trabalhadores rurais sem terra, será possível abrir o caminho para o reconhecimento pacífico do direito dos povos indígenas à terra.

2. Assim como defendemos o direito dos índios a uma extensão de terra compatível com as necessidades impostas por sua cultura, reafirmamos a importância de se respeitar e defender essa mesma cultura das pressões para uma integração rápida dos indígenas à sociedade nacional. É necessário que tenhamos a humildade e honestidade de desejar um intercâmbio e um diálogo com a cultura do índio, para que também a sociedade nacional possa se beneficiar dos valores das comunidades indígenas.

3. Há pouco mais de um ano, neste mesmo local, a primeira Assembleia Indigenista Missionária promovida pelo CIMI afirmava a necessidade de "os missionários, como pessoas e como Igreja, optarem por uma encarnação realista e comprometida com a vida dos povos indígenas, convivendo com eles, investigando, descobrindo e valorizando, adotando sua cultura e assumindo sua causa, com todas as suas consequências".- Acreditamos que o padre Rodolfo Lunkenbein tenha selado, com o testemunho de sua morte, a aceitação desse princípio. Ao mesmo tempo, o sa

---

(\*) "Evangelii Nuntiandi", do Papa Paulo VI

crifício de Simão Cristino e seus irmãos Bororo que ofereceram sua vida para defender a do padre Rodolfo, constitui um apelo e uma exigência para que toda a Igreja Missionária do Brasil busque cada vez mais essa encarnação com o índio. Esperamos também que esta realidade constitua um chamado a todas as Igrejas do Brasil, no sentido de que a - pastoral indigenista seja assumida integralmente no planejamento pastoral de conjunto.

Finalmente, convictos de que, no mistério da Páscoa de Jesus Cristo, a morte desses irmãos é mais um sinal de que os índios do Brasil viverão, vencendo os que desejam sua extinção, apelamos à consciência de todos os brasileiros para nos unirmos na luta por transformações - estruturais que nos conduzam a uma sociedade mais justa e humana, onde não tenham lugar acontecimentos como os de Meruri. Nenhuma força deterá a determinação de um povo consciente e unido. Os índios estão se unindo e lutando. Unamó-nos nós todos e trabalhemos solidariamente apoiando a causa indígena, causa de todos nós.

Goiânia, 25 de julho de 1976.